

EM BUSCA DE PESSOAS AUTODECLARADAS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO INTERIOR PAULISTA: RELATOS DE BOTUCATU

SEARCHING FOR SELF DECLARED INDIGENOUS PEOPLE IN PRIMARY EDUCATION IN THE STATE OF SÃO PAULO: FINDINGS IN BOTUCATU

Nathan Garcez Silva (Universidade Estadual Paulista, UNESP, IBB - nathan.garcez@unesp.br)

Miguel Silingardi Jorge (Universidade Estadual Paulista, UNESP, IBB - miguel.jorge@unesp.br)

André Santachiara Fossaluzza (Universidade Estadual Paulista, UNESP, IBB - andre.fossaluzza@unesp.br)

Gracielle Sampaio dos Santos (Universidade Estadual Paulista, UNESP, IBB - gracielle.sampaio@unesp.br)

Igor Cardoso (Universidade Estadual Paulista, UNESP, IBB - igor.cardoso@unesp.br)

Eixo 9 - Educação, Interculturalidade e Movimentos Sociais

Resumo:

No Brasil, a luta dos povos indígenas pela sobrevivência começou por volta de 1500, com a invasão dos portugueses. Desde então, esses povos têm resistido para proteger seus territórios, culturas e famílias. Durante a colonização, os indígenas foram atacados e escravizados até serem reconhecidos como seres com alma, iniciando-se a catequização para substituir suas crenças pela cultura cristã européia. Em Botucatu, no Estado de São Paulo, com 148.130 habitantes e uma área de 1.482 km², a história indígena também é significativa. A cidade, cujo nome deriva de "Ibytu-katu" (Bons Ares em tupi), foi inicialmente ocupada pelos caingangues, divididos em Kaingáng, Weyana e Aweikoma. Nesse sentido, este trabalho apresenta um mapeamento prévio da população indígena em idade escolar nas escolas públicas de Botucatu, como ponto de partida para uma pesquisa mais aprofundada. A investigação foi realizada consultando a Diretoria de Ensino - Região de Botucatu e a Secretaria Municipal de Educação de Botucatu. O mapeamento, feito com a ferramenta MyMaps do Google, comparou as escolas estaduais e municipais que possuem alunos autodeclarados indígenas. Entre as quatorze escolas estaduais e vinte e sete municipais, apenas três têm alunos autodeclarados indígenas matriculados, principalmente nas áreas centrais de Botucatu. A maioria desses estudantes está na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e, em seguida, no Ensino Fundamental, em duas escolas estaduais.

Palavras-chave: Povos indígenas. Escola. Povos tradicionais. Educação básica.

Abstract:

In Brazil, the struggle of indigenous peoples for survival began around 1500, with the invasion of the Portuguese. Since then, these people have resisted to protect their territories, cultures and families. During colonization, indigenous people were attacked and enslaved until they were recognized as beings with souls, leading to catechization to replace their beliefs with European Christian culture. In Botucatu, in the State of São Paulo, with 148,130 inhabitants and an area of 1,482 km², indigenous history is also significant. The city, whose name derives from "Ibytu-katu" (Bons Ares in Tupi), was initially occupied by the Caingangues, divided into Kaingáng, Weyana and Aweikoma. In this sense, this work presents a preliminary mapping of the indigenous population of school age in public schools in Botucatu, as a starting point for more in-depth research. The investigation was carried out in consultation with the Education Board - Botucatu Region and the Botucatu Municipal Education Department. The mapping, carried out with Google's MyMaps tool, compared state and municipal schools that have self-declared indigenous students. Among the fourteen state and twenty-seven municipal schools, only three have self-declared indigenous students enrolled, mainly in the central areas of Botucatu. The majority of these students are in the Youth and Adult Education (EJA) modality and then in Elementary Education, in two public schools.

Keywords: Indigenous peoples. School. Traditional Peoples. Primary school.

1. Introdução

No Brasil, a luta dos povos indígenas pela sua sobrevivência teve início em meados de 1500, com a invasão dos portugueses às suas terras. Desde então, esses povos têm lutado para proteger seus territórios, suas culturas e suas famílias, que foram subjugadas pelos invasores europeus por séculos. Atualmente, no Brasil, existem aproximadamente 1,7 milhões de pessoas indígenas, distribuídas em mais de 300 etnias e que falam mais de 180 línguas diferentes (IBGE, 2022). Quando ocorreu a ocupação dos territórios que cercam a Cuesta, região do centro-oeste do atual estado de São Paulo, os povos que lá viviam eram principalmente da etnia caingangue. Suas aldeias podiam ser encontradas principalmente à margem esquerda do Tietê, ou do outro lado, na região do atual município de Dois Córregos. Essas aldeias se agrupavam por identidade linguística em: Kaingán, Weyana e Aweikoma. O primeiro grupo se dividia em 6 dialetos, praticados de acordo com suas diferenças. Nesse momento, esses povos ocupam cerca de 300 áreas nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no Brasil. O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) os quantificou em 37.470 pessoas, colocando os caingangues entre os cinco povos indígenas mais numerosos no Brasil atualmente.

Em 1910, foi fundado um órgão incumbido da proteção das pessoas nativas do atual território brasileiro, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), posteriormente substituído pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Entretanto, o foco se tornou ensinar aos povos uma convivência pacífica com os “invasores”, o que foi difícil tendo em vista que a colonização do oeste do estado de São Paulo teve como principal “obstáculo” os povos caingangues.

Após muita luta e resistência, os povos indígenas conquistaram a aprovação de dois artigos na Constituição de 1988, que modificaram a visão da política indigenista nacional. A Constituição garantiu o direito a existir enquanto povos, permitindo então, a organização em instituições e associações para reivindicar e cobrar o Estado brasileiro, com a possibilidade de cobrar educação diferenciada e digna, assim como políticas públicas para o atendimento da saúde (São Paulo, 2019).

Nesse sentido, é relevante, num primeiro momento, reconhecer a população indígena em idade escolar para, a seguir, podermos discutir as interfaces entre o conhecimento empírico e os conteúdos curriculares escolares .

Ao analisar o município de Botucatu, nosso território de análise, devemos levar em consideração as suas raízes históricas. Botucatu está localizada na região centro-sul do Estado de São Paulo, a cerca de 240 km da capital paulista, ocupando hoje uma área de 1.482 km², com uma população de 148.130 habitantes (IBGE, 2022). Faz limites com os municípios de Anhembi, Bofete, Pardinho, Itatinga, Avaré, Pratânia, São Manuel, Dois Córregos e Santa Maria da Serra.

Conhecida como "A Cidade dos Bons Ares e das Boas Escolas", este nome da cidade advém da palavra *Ibytu-katu*, que em tupi significa "Bons Ares". Historicamente, Botucatu tem seu início antes da chegada da produção cafeeira e dos trilhos de ferro.

Quando se deu a ocupação do território, eram os caingangues que estavam estabelecidos na região: seus assentamentos podiam ser encontrados numa vasta área que situava entre as elevações da Cuesta e a margem esquerda do Rio Tietê, ou atravessando este, na sua outra margem, para os lados de Dois Córregos. Os caingangues eram agrupados pela língua que falavam, sendo divididos em Kaingáng, Weyana e Aweikoma. O grupo Aweikoma era conhecido por

“Botocudos”, pelo hábito que tinham de inserir pedaços de madeira (tembetá) no lábio inferior da boca, até que, adulto, cada indivíduo ostentasse um adorno circular enorme, o botoque.

Segundo Azevedo (2007), as formações rochosas existentes em Botucatu serviram de referência ao caminho do Peabiru, onde os povos indígenas utilizavam como estradas. Por esses caminhos passaram várias populações indígenas, deslocando-se desde São Paulo pelo Vale do Rio Tietê, até onde hoje estão as cidades de Itu e Sorocaba; depois tomavam o rumo dos grandes campos do sul do Estado. Então, dividiam-se em dois ramos: à esquerda, um braço rumava ao Rio Grande do Sul por terras que seriam, muito depois, os municípios de Araçoiaba da Serra, Itapetininga e Itapeva, procurando chegar aos campos de Curitiba; à direita, saindo de Sorocaba, ainda seguindo através dos campos até os morros isolados do Guareí, do Bofete e pelas montanhas da Serra de Botucatu.

No início do século XIX, esses grupos foram brutalmente perseguidos, quase dizimados, sendo obrigados a deixar a região e se estabelecer no que hoje conhecemos como o Estado de Santa Catarina. Por volta de 1860, a introdução da produção de café impulsionou o desenvolvimento da cidade, fortalecendo a economia cafeeira e atraindo imigrantes que dinamizaram o mercado de trabalho e de serviços. De acordo com Pinto (1994), em 1876, Botucatu já contava com 12 estabelecimentos de fazenda e armazém, 9 armazéns de secos e molhados, 2 padarias, 3 farmácias, 3 hotéis, 3 alfaiatarias, 4 ferrarias, 1 ourivesaria e 2 selarias.

A chegada da Companhia Sorocabana de Estrada de Ferro, em 1889, trouxe mudanças significativas não apenas na economia e na dinâmica da vida urbana, mas também na criação de espaços próprios, como a Vila dos Lavradores. Com relação à urbanização, o crescimento da cidade após o aumento da produção econômica e a chegada da ferrovia era desordenado e caótico (Garcia, 1993). Para enfrentar esse problema, alguns planos foram desenvolvidos para regular esse crescimento, incluindo o planejamento urbano de 1892, executado pelo engenheiro Antônio Félix de Albernaz, contratado pela Câmara local. Esse plano tinha como objetivo o nivelamento das principais ruas da cidade (General Telles, Cesário Alvim, Amando de Barros, Curuzu e Rangel Pestana) e também “o entroncamento de todas as referidas ruas com a Avenida Floriano Peixoto, preparada há alguns anos, mas até então à espera da abertura definitiva” (Donato, 2008, p. 128).

Na virada do século, em 1900, a quantidade de habitantes em Botucatu era de aproximadamente 26.000 pessoas, sendo que por volta de 6.000 viviam na zona urbana. Ao final da década de 1920, o município já contava com aproximadamente 37.000 habitantes, sendo que destes, em torno de 15.000 residiam na zona urbana de Botucatu (Donato, 2008).

No final da década de 1930, os jornais destacaram não apenas o aumento do movimento comercial, mas também um crescimento significativo dos estabelecimentos classificados como industriais, especialmente aqueles voltados para a produção de bens destinados à agricultura do café na região. Nesse sentido, a Folha de Botucatu publica uma série de cinco matérias sobre alguns estabelecimentos industriais da cidade, “com o único fim de tornar conhecida e admirada a nossa cidade no conceito dos outros grandes centros do interior paulista” (Folha de Botucatu, 1939, p. 1)

Nos artigos sobre essas indústrias, a Folha ressalta as formas e processos de produção: a organização e limpeza dos espaços industriais de Botucatu, as máquinas usadas na produção e a utilização de energia elétrica, com o objetivo de caracterizar Botucatu como uma cidade industrial e “progressista”.

Segundo Carvalho e Tozoni-Reis (2009), a chegada das indústrias marcou um período significativo de progresso econômico e urbano da região. No entanto, esse desenvolvimento industrial trouxe consigo um aumento substancial na degradação do meio ambiente.

"A agressão ao meio ambiente existiu desde o início da história da cidade, mas durante muito tempo foi bem menor do que é hoje. Essa agressão foi crescendo com o progresso tecnológico. Quando ele ainda não havia chegado até onde chegou, quando não existiam a ferrovia e a rodovia e fazia-se agricultura e pecuária em menor escala, essa agressão era bem menor. Hoje, na agricultura, por exemplo, são usados defensivos agrícolas, tratores, máquinas, eletricidade, etc. O homem hoje tem um poderio enorme, a tecnologia nas mãos, mas tudo isso agride frontalmente o meio ambiente" (Carvalho; Tozoni-Reis, 2009, p. 6).

Percebemos que ao longo do desenvolvimento da cidade foram se apagando as origens dos povos nativos da região; atualmente, nota-se que o município de Botucatu não tem mais nenhum grupo indígena presente.

"O Brasil foi construído com o sangue de muitos indígenas. Desde o começo só o que os pariwat viam era o que nós indígenas não tínhamos. Diziam que não tínhamos rei, verdade, mas temos nossas lideranças que nós escolhemos. Diziam que não tínhamos leis, verdade nossas leis são o respeito e o amor por nossa terra, ensinados por todos os nossos sábios. Diziam que não tínhamos fé, mas uma verdade dos pariwat, temos a presença viva de Karosakaibu em nossas terras, suas pegadas e tudo o que ele fez pelos munduruku estão contados nas corredeiras do Tapajós e nos campos da nossa mundurukania" (Mulheres do Povo Wuyjugu, 2017).

2. Objetivos

Considerando este contexto, este trabalho tem como objetivo mapear a população indígena em idade escolar nas etapas do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio, nas escolas públicas municipais e estaduais de Botucatu, indicando as escolas nas quais elas estão matriculadas e sua respectiva etapa de ensino, dados que servirão de base para a continuidade de projetos de pesquisa relacionados ao estudo das populações indígenas e sua interface com a educação escolar.

3. Metodologia

Considerando este contexto, esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, conforme definido por Minayo (2002), ao concentrar-se no universo de significados, aspirações, valores e atitudes relacionados ao acesso à educação básica pela população indígena em Botucatu. A abordagem destaca a profundidade das relações e processos subjacentes ao fenômeno, optando por uma pesquisa exploratória para mapear essa população. Segundo a autora, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Nesse sentido, propusemos a realização de uma coleta de dados junto à Diretoria de Ensino - Região de Botucatu e à Secretaria Municipal de Educação de Botucatu. Por meio de um questionário que foi enviado por e-mail, acompanhados de uma ligação e uma visita

pessoalmente, visamos identificar se existiam ou não pessoas indígenas estudando nas instituições públicas de ensino de Botucatu.

O questionário foi composto pelas seguintes perguntas:

- Quantos alunos(as) se autodeclaram indígenas nesta instituição de ensino (ou nas escolas vinculadas a esta Diretoria de Ensino ou Secretaria Municipal de Educação)?
- Quais os anos/séries escolares desses(as) alunos(as)?

Além disso, prevemos a realização de entrevistas semiestruturadas com os(as) estudantes encontrados(as), etapa que não é apresentada neste trabalho.

4. Resultados

A pesquisa consistiu na realização de um mapeamento da população indígena em idade escolar matriculada nas escolas públicas do município de Botucatu, por meio da consulta à Diretoria de Ensino - Região de Botucatu e à Secretaria Municipal de Educação de Botucatu. O mapeamento foi realizado visando à comparação entre as escolas estaduais e municipais em Botucatu que possuem alunos(as) autodeclarados(as) indígenas. Utilizamos a ferramenta *MyMaps*, do Google, para a organização deste mapeamento.

Dentre as quatorze escolas estaduais e vinte e sete escolas municipais encontradas, podemos observar que apenas **três escolas possuem alunos(as) autodeclarados(as) indígenas matriculados(as)**, principalmente nas áreas centrais da cidade de Botucatu. Majoritariamente, os(as) estudantes se encontram matriculados(as) na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e, a seguir, em escolas de Ensino Fundamental, sendo as duas escolas estaduais (Figura 1).

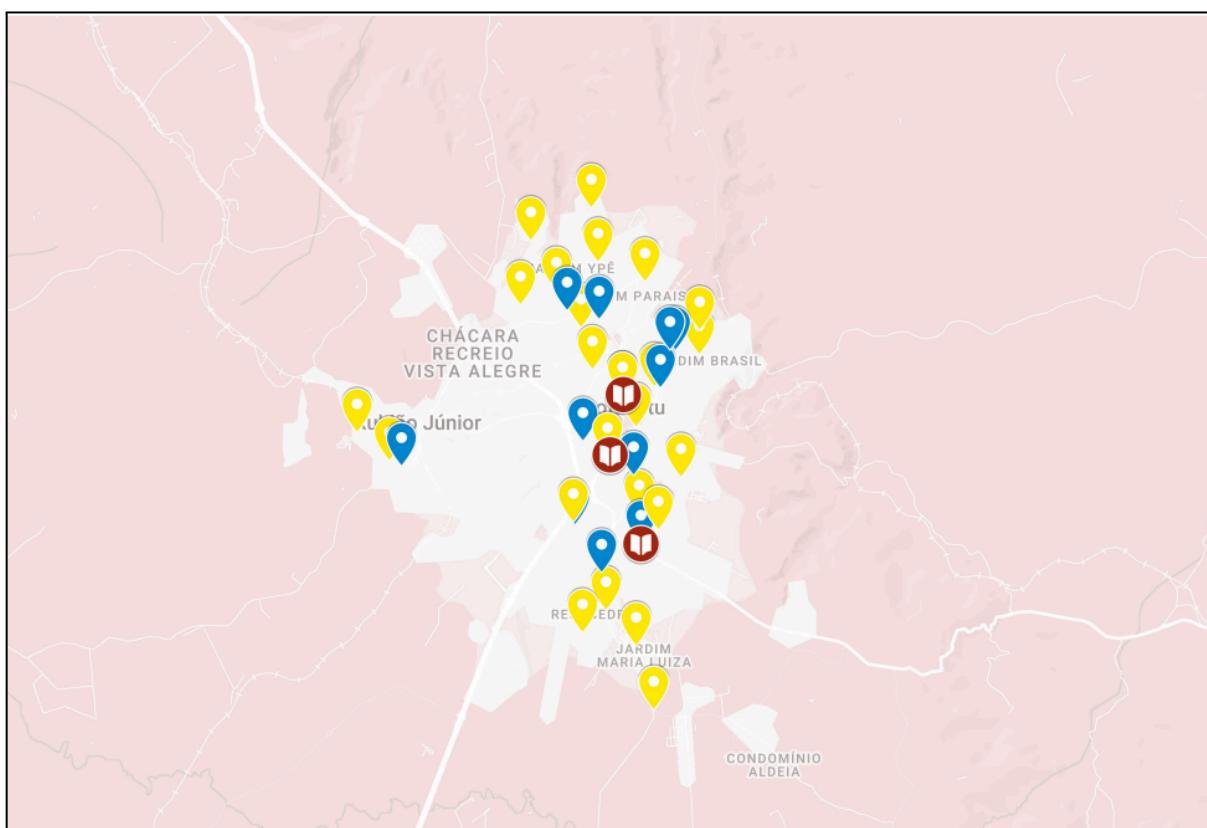


Figura 1. Mapa com a distribuição das escolas públicas estaduais e municipais de Botucatu.
Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) por meio da plataforma *My Maps*.

Escolas com alunos indígenas declarados	Escolas Estaduais	Escolas Municipais
CEEJA Botucatu	EE Dom Lucio Antunes de Souza	EMEFI Profa. Leonor Vizenzzotto
E.E Américo Virginio dos Santos	Escola Estadual Euclides de Carvalho Campos	EMEFI Lygia Camargo Pardini
EECA - EE CARDOSO DE ALMEIDA	Escola João Queiroz Marques	EMEFI Maria Jacomino Vendito
	EE. Raymundo Cintra Prof.	EMEFI Professor Mozart Morais
	EE Armando de Salles Oliveira	EMEFI Prof.ª Nair Amaral
	EE Prof. José Pedretti Netto	Emefi Rafael de Moura Campos
	Escola Estadual Pedro Torres	EMEFI "Professora Therezinha da Silva Paes Secco"
	Escola Estadual Prof. Manoel Patrício do Nascimento	EMEF Angelino de Oliveira
	EE. Sophia Gabriel de Oliveira Profa.	EMEFI Prof. Luiz Carlos A. Pacheco
	EE. Francisco Guedelha Prof.	EMEF Martinho Nogueira
	EE Álvaro José de Souza	EMEFEI Prof. Paulo Guimarães
	E.E. Nair Peres Sartori	EMEFEI Raul Torres
		EMEF José Antônio Sartori
		EMEJA-Cardosinho

Figura 2. Legenda para o mapa, identificando as escalas plotadas na Figura 1.
Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) por meio da plataforma *My Maps*.

Podemos observar, por meio do mapeamento das populações indígenas em idade escolar em Botucatu, que o acesso à rede pública de ensino se concentra em áreas centrais do município: encontramos três escolas que possuem estudantes autodeclarados(as) indígenas nesta região da cidade.

Questionamo-nos se, com a maioria dos estudantes identificados(as) estão matriculados(as) na etapa Educação de Jovens e Adultos (EJA), essas populações estariam tendo dificuldade em formar seus integrantes em anos regulares na educação básica, sendo necessário uma maior idade para garantir a sua permanência no ambiente escolar, de forma a garantir um estudo regular e frequente, mesmo que em idade mais avançada.

Os dados podem indicar que o acesso a instituições de ensino regulares está cada vez mais distante dessas populações marginalizadas, visto que essas dependem de um desprendimento de recursos muito alto para seus padrões de vida, apenas para ter acesso a uma necessidade básica, que é uma educação de qualidade.

Além disso, é importante ressaltar que o próprio processo de autodeclaração quanto à etnia/raça pode reduzir a quantidade de pessoas indígenas identificadas pela pesquisa.

5. Conclusão

Esta pesquisa contribuiu para ampliar as informações sobre a população indígena em idade escolar no município de Botucatu, demonstrando o pequeno número de estudantes, assim como as dificuldades de coleta de dados, que não são atualizados com frequência.

É importante ressaltar que ainda há questões a serem exploradas em novas pesquisas. Esperamos que futuramente seja possível a realização de entrevistas com os(as) alunos(as), ouvindo as suas opiniões e compreendendo as suas necessidades, como tínhamos proposto no projeto de pesquisa inicial. Infelizmente esta aproximação e contato com os(as) estudantes não foi possível devido ao tempo disponível para este processo.

Outras pesquisas nesta temática também podem investigar como se dá o processo de autodeclaração desta população em idade escolar, discutindo outras questões relevantes, pois encontramos dificuldades para realizar a caracterização da população e imaginamos que a autodeclaração possa ser um fator determinante.

Em que pese, compreendermos, é fundamental que professores(as) participem de processos de formação continuada, os quais os(as) auxiliariam a melhorar cada vez mais suas práticas pedagógicas; com isso, poderiam apoiar os(as) estudantes na construção de seus conhecimentos mesmo na ausência ou nas falhas na abordagem das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nos livros didáticos e documentos curriculares, relacionados às populações indígenas.

6. Referências

AZEVEDO, Nelson de Aquino. **A Cidade dos Bons Ares e das Boas Escolas**. Botucatu: João Carlos Figueiroa, 2007.

CARVALHO, Carolina Delgado de; TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Coletivizando saberes: (re)construção da memória ambiental de moradores da cidade de Botucatu. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 4, n.1, 2009.

DONATO, Hernâni. **Achegas para a história de Botucatu**. Botucatu: Copy Gráfica, 2008.

FOLHA DE BOTUCATU. **Botucatu**, ano 4, p. 1, 18 jan. 1939.

GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. **O urbano paulista e botucatuense**: algumas considerações. Perspectivas, São Paulo, v. 16, p. 145-164, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, Lara de Macedo; RAMOS, Luis Felipe Costa; MOREIRA, Luiza Saturnino Braga; CÔRTES, Thainá Rangel; BORBA, Rodrigo Cerqueira do Nascimento. Educação indígena e o ensino de Ciências e Biologia: uma investigação sobre sujeitos e aprendizagens plurais. Revista de Ensino de Biologia da Sbenbio, [S.L.], p. 207-225, 13 dez. 2019. **Revista de Ensino de Biologia**. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/260>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MULHERES DO POVO WUYJUGU. **Do II Encontro de Mulheres Munduruku para o Brasil**, 2017.

Disponível em:

<https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/do-ii-encontro-de-mulheresmunduruku-para-o-brasil-10-05-2017>. Acesso em: 3 fev. 2021.

PINHEIRO, Barbara Carine. **Como ser um educador antirracista**. Salvador: Planeta, 2023.

PINTO, Sebastião Almeida. **No velho Botucatu**. 2. ed. São Paulo: Editora Paulicéia, 1994.